Foco Relações Governamentais

Nota Informativa

Edição 004/2024

DESTAQUES

Governo vai propor agenda a lideranças empresariais em fevereiro sobre reoneração, diz Marinho

Não vou devolver MP da reoneração sem falar com Haddad, diz Pacheco

Desoneração da folha: Haddad tenta convencer senadores a encampar medida do governo

Governo estabelece limites de preços máximos para produtos de TICs

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Big techs não têm “compromisso” com o brasileiro, diz ministro

Ferramenta de IA desenvolvida pela Justiça goiana reduz o tempo de tramitação processual

Minuta de resolução sobre propaganda eleitoral regulamenta uso de inteligência artificial

Alexandre de Moraes defende urgência na regulação das plataformas

Investimento em digitalização cai 3,5 pontos em 2023

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lula quer manter um ministério só para Justiça e Segurança Pública, mas com comando duplo

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Banco Mundial eleva previsão do PIB Brasil para 2023 e 2024, mas reduz para 2025

CVM avalia adiar prazo para adaptação à Resolução 175, que muda regra para fundos

Tributaristas dizem que limite a compensação de impostos é confisco ou calote

Ed. America Office Tower, salas 125 à 131, Setor Comercial Norte
CEP 70.711-905 Brasília - DF +55 (61) 3327 1289
foco-legislativo.com.br foco@foco-legislativo.com.br

POLÍTICA

Governo e centrais sindicais buscam consenso para MP que reonera folha de pagamentos

Pacheco terá sensibilidade de não devolver reoneração, diz Marinho

RELAÇÕES EXTERIORES

Primeira reunião preparatória do G20 começa na próxima semana

Com Lula focado em agendas internas, Alckmin deve representar o Brasil em posse presidencial na Guatemala

DESTAQUES

Governo vai propor agenda a lideranças empresariais em fevereiro sobre reoneração, diz Marinho

Poder Executivo **| 09/01/2024 – 13h23min**

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou na terça-feira, 9, que o governo debaterá a reoneração da folha de pagamentos com lideranças empresariais em fevereiro e disse ter tempo até abril para ampliar o diálogo sobre o tema. A fala de Marinho ocorreu ao lado do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, após participar de reunião com representantes de centrais sindicais. Era esperada a presença do secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, no encontro, mas ele está no Palácio do Planalto, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros, para tratar de questões indígenas. "É início de processo. Na visão do governo, o tema da desoneração está errado e é preciso correção de rumos", afirmou Marinho. "Mostramos dados às centrais. Vamos propor agenda a lideranças empresariais em fevereiro sobre reoneração", acrescentou, pontuando que não houve até então um pedido de mudança da proposta de reoneração. Fonte: Correio do Povo

Leia mais
Retorno ao índice

Não vou devolver MP da reoneração sem falar com Haddad, diz Pacheco

Poder Legislativo **| 09/01/2024– 13h17min**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), falou na 3ª feira (9.jan.2024) que não tomará nenhuma decisão sobre devolver ou não a MP da reoneração (1.202 de 2023) sem conversar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A MP propõe reonerar setores a partir de abril de 2024. Pacheco afirmou que falará com o ministro até 4ª feira (10.jan) e que decisão final será tomada ainda durante o recesso do Congresso. O congressista não cravou uma data para a decisão. “Cumpri uma etapa importante hoje que foi ouvir os líderes. Vou a tarde conversar com líderes ausentes. Não tomarei uma decisão sem conversar com ministro Fernando Haddad. Acho importante o diálogo entre o Legislativo e o Executivo”, disse à jornalistas depois da reunião com líderes partidários. Fonte: Poder 360

Leia mais
Retorno ao índice

Desoneração da folha: Haddad tenta convencer senadores a encampar medida do governo

Poder Executivo **| 08/01/2024– 19h45min**

Em meio à pressão de parlamentares pela devolução imediata da medida provisória (MP) que revogou a política de desoneração da folha de pagamentos, o Ministério da Fazenda articula uma saída para convencer o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a colocar o tema em votação no Congresso. O argumento é que a tramitação via MP dá protagonismo aos senadores na discussão de um tema que é caro ao Congresso. Caso não avance na frente política, a Fazenda já avisou que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), o que deslocaria o assunto para a Corte. Fonte: Estado de S. Paulo

Leia mais
Retorno ao índice

Governo estabelece limites de preços máximos para produtos de TICs

Poder Executivo **| 08/01/2024**

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) publicou, no fim de 2023, um novo catálogo para estabelecer os preços máximos de compra de item de Tecnologia da Informação e Comunicação (PMC-TIC) voltado para produtos da Autodesk. A medida tem validade para os mais de 200 órgãos que integram o Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). Este novo catálogo é composto por 71 produtos de software. Uma boa parte destas soluções são voltadas para as áreas de arquitetura, engenharia e construção. "Estamos padronizando os preços e, consequentemente, as contratações de TIC no governo federal. A construção deste catálogo simplifica o trabalho dos gestores da área, o que pode impactar diretamente no atendimento à população", explica a secretária adjunta de Governo Digital do MGI, Luanna Roncaratti. Segundo a secretária adjunta, o governo manteve os preços máximos e os descontos nas compras de produtos da Autodesk do catálogo publicado em 2022. "Trabalhamos para manter os valores, de forma a melhorar a qualidade do gasto público e racionalizar o esforço administrativo", complementou Roncaratti. Fonte: TI Inside

Leia mais
Retorno ao índice

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Big techs não têm “compromisso” com o brasileiro, diz ministro

Poder Executivo **| 09/01/2024 - 11h05min**

O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, voltou a defender na 3ª feira (9.jan.2023) a regulamentação das redes sociais. Em seu perfil no X (ex-Twitter), o advogado disse não ser “tolerável” e “aceitável” que “comportamentos violentos, incivilizados e criminosos tenham espaço garantido e sejam fonte de lucro fácil para pessoas sem qualquer compromisso com o povo brasileiro”. Para ele, “as instituições de Estado terão, em nome da democracia e da soberania nacional, que se posicionar” sobre a regulamentação das redes. O ministro também mencionou o discurso do presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, durante a cerimônia para lembrar um ano do 8 de Janeiro. Fonte: Poder 360

Leia mais
Retorno ao índice

Ferramenta de IA desenvolvida pela Justiça goiana reduz o tempo de tramitação processual

Poder Judiciário | **09/01/2024**

A Inteligência Artificial Berna: “Busca Eletrônica em Registros usando Linguagem Natural”, desenvolvida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), tem reduzido o tempo de tramitação processual das escrivanias e dos gabinetes de magistrados. A ferramenta tecnológica criada pelo TJGO já vem sendo adotada por outros seis tribunais

estaduais – sendo eles os do Pará, do Ceará, de Sergipe, do Maranhão, Amazonas e de Roraima – a partir da assinatura de Termos de Cooperação e Planos de Trabalho. O chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador Carlos França, ressalta a importância da ferramenta: "O grande número de tribunais e órgãos em busca do Judiciário goiano para começar a utilizar a Berna é a demonstração da grande colaboração dessa ferramenta para a rápida e eficiente entrega da prestação jurisdicional. A nossa IA (Inteligência Artifical), ao conseguir ler a petição e encontrar solução automatizada, torna mais fácil e ágil o trabalho da nossa magistratura e de todo o corpo funcional". Carlos França parabenizou os envolvidos na concepção e aprimoramento da Berna pela importante contribuição do sistema à sociedade goiana. Fonte: ASCOM CNJ

Leia mais
Retorno ao índice

Minuta de resolução sobre propaganda eleitoral regulamenta uso de inteligência artificial

Poder Judiciário | **08/01/2024 – 19h13min**

O uso de inteligência artificial nas Eleições Municipais de 2024 será regulamentado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As regras para a utilização das tecnologias digitais estão previstas na minuta de resolução que trata da propaganda eleitoral. O texto ainda será debatido em audiência pública no dia 25 de janeiro, com a participação da sociedade, de instituições públicas, organizações privadas, partidos políticos e comunidade acadêmica, entre outros, e, posteriormente, aprovado pelo Plenário. Qualquer pessoa maior de 18 anos pode se inscrever para participar e contribuir com o debate sobre as normas que regerão o pleito municipal. Essa e as demais instruções são relatadas pela vice-presidente da Corte Eleitoral, ministra Cármen Lúcia, que estará à frente do Tribunal durante as eleições, em outubro deste ano. Fonte: ASCOM TSE

Leia mais
Retorno ao índice

Alexandre de Moraes defende urgência na regulação das plataformas

Poder Judiciário | **08/01/2024 – 19h08min**

Em solenidade que relembrou um ano dos atos golpistas de 8 de janeiro, onde diversas pessoas depredaram a sede dos Três Poderes da República, Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), defendeu a necessidade de se regular as grandes plataformas. Segundo Moraes, é necessário neutralizar a instrumentalização das redes sociais pelo novo populismo digital extremista. "Há necessidade da edição de uma moderna regulamentação, como vem sendo discutido em todo o mundo democrático, e como recentemente aprovadas na União Europeia, no Canadá, na Austrália", defendeu o ministro. Ele também destacou que o uso de Inteligência Artificial (IA) amplificou a disseminação de desinformação, o que ocasionaria sérios problemas à democracia. Moraes afirmou ainda que houve uma captura furtiva da opinião do eleitorado através das plataformas, e que é preciso criar mecanismos que vedem nos serviços de mensagens a disseminação de informações falsas. Fonte: Teletime

Leia mais
Retorno ao índice

Investimento em digitalização cai 3,5 pontos em 2023

Mercado **| 08/01/2024**

O indicador de investimentos em digitalização das empresas apresentou, no 4º trimestre de 2023, a segunda redução seguida. Com recuo de 2,4 pontos, o indicador atingiu os 116,4 pontos. Na comparação anual, a queda foi ainda maior, de 3,5 pontos. Os dados foram coletados até dezembro pela Sondagem de Transformação Digital, pesquisa realizada

pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Entre as Micro e Pequenas Empresas (MPEs), o levantamento mostrou uma alta de 1,4 ponto em relação ao trimestre anterior, mas queda de 2,1 pontos quando comparado com o quarto trimestre de 2022. Já o indicador de investimentos previstos em digitalização para as MPEs registrou o terceiro aumento, de 2,5 pontos, e uma evolução de 0,7 ponto na variação anual. Na avaliação por setor, a análise é dividida entre Comércio, Construção, Indústria de Transformação e Serviços. O movimento negativo do trimestre foi influenciado, principalmente, pelo comportamento do Comércio, que mostrou forte queda de 5,5 pontos, revelando um desafio do setor na adoção ou no aprofundamento das estratégias digitais. Fonte: TI Inside

Leia mais
Retorno ao índice

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lula quer manter um ministério só para Justiça e Segurança Pública, mas com comando duplo

Poder Executivo **| 08/01/2024– 19h18min**

Em 8 de janeiro de 2023, o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, almoçava tranquilamente, enquanto esperava a mulher e o filho chegarem de mala e cuia para Brasília, quando estourou a invasão das sedes dos Três Poderes. Ele correu para o gabinete do ministro Flávio Dino e, depois de virar interventor do Distrito Federal quase por acaso, poderá assumir agora um, digamos assim, meio Ministério da Justiça e da Segurança Pública. O presidente Lula não vai dividir a pasta em duas, como foi no governo Michel Temer, mas pode redefinir as duas funções, na prática, dentro do mesmo ministério. O ex-presidente do Supremo Ricardo Lewandowski como ministro e, Cappelli, como um super secretário executivo, com carta branca para cuidar da segurança pública. Fonte: Estado de S. Paulo

Leia mais
Retorno ao índice

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Banco Mundial eleva previsão do PIB Brasil para 2023 e 2024, mas reduz para 2025

Mercado **| 09/01/2024 – 13h55min**

O Banco Mundial elevou a previsão de crescimento da economia brasileira em 2023 e 2024, citando o desempenho acima do esperado na atividade ao longo de boa parte do ano passado, mas reduziu levemente a estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2025. Em relatório com as perspectivas econômicas globais, o Banco Mundial estimou que o PIB de 2023 cresceu 3,1%. A previsão anterior, divulgada em junho do ano passado, apontava para uma expansão bem menor, de 1,2%. "A revisão para cima no crescimento de 2023 foi motivada pelos desempenhos mais fortes que o esperado na produção agrícola, no consumo privado e nas exportações nos três primeiros trimestres do ano", disse o Banco Mundial no relatório. Para 2024, a previsão é que o PIB cresça 1,5% - ou 0,1 ponto porcentual a mais que na estimativa anterior -, refletindo a desaceleração da atividade no segundo semestre de 2023 e a produção agrícola mais moderada neste ano. Fonte: Correio do Povo

Leia mais
Retorno ao índice

CVM avalia adiar prazo para adaptação à Resolução 175, que muda regra para fundos

Poder Executivo **| 09/01/2024 – 13h04min**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) está avaliando adiar o prazo para

adaptação à Resolução 175, que entrou em vigor em outubro. O pedido foi feito pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) após a aprovação no fim de novembro, pelo Congresso, do projeto de lei que muda a tributação das offshore e dos fundos fechados exclusivos, afirmou na terça-feira (09) Pedro Rudge, vice-presidente da entidade. “O projeto de lei trouxe complexidade muito grande para a indústria, que passou a dedicar à mudança na tributação o tempo e energia que estavam voltados à 175. Temos prazo para recolhimento, algo que não estava no radar da CVM e do mercado”, disse Rudge. Fonte: Valor Econômico

Leia mais
Retorno ao índice

Tributaristas dizem que limite a compensação de impostos é confisco ou calote

Mercado **| 08/01/2024 – 23h15min**

Advogados da área tributária avaliam que a medida provisória que limita a compensação de créditos tributários gerados por decisões judiciais não pode retroagir para prejudicar contribuintes que possuem valores a receber do governo. Há discussões, no entanto, sobre quais empresas estariam protegidas da mudança na legislação anunciada no final de 2023 para aumentar a arrecadação: somente quem entrou com pedido de compensação até o ano passado, todas as que obtiveram o direito ao ressarcimento na Justiça ou também aquelas que possuem ações que ainda não transitaram em julgado. Alguns advogados definem a medida como confisco, empréstimo compulsório ou calote. Fonte: Folha de S. Paulo

Leia mais
Retorno ao índice

POLÍTICA

Governo e centrais sindicais buscam consenso para MP que reonera folha de pagamentos

Poder Executivo **| 09/01/2024 – 13h50min**

O governo e as centrais sindicais iniciaram na terça-feira (09) um diálogo sobre a medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamento de 17 setores da economia para tentar construir uma proposta de consenso em torno do tema. Uma mesa de negociação está prevista para fevereiro. "Nós apresentamos uma alternativa [à MP], e agora vai ser discutida junto aos trabalhadores, os empresários, o Congresso Nacional e nós temos convicção que essa alternativa do ponto de vista do desenho da política é bastante superior ao que temos hoje, inclusive por trazer a questão da garantia da manutenção dos empregos", afirmou o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, um dos mentores da MP. Fonte: Valor Econômico

Leia mais
Retorno ao índice

Pacheco terá sensibilidade de não devolver reoneração, diz Marinho

Poder Executivo **| 09/01/2024 – 13h07min**

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse na 3ª feira (9.jan.2024) esperar que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), terá “sensibilidade” de não fazer a devolução da MP (medida provisória) 1.202 de 2023, que trata sobre a reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. “Eu creio que o debate no Congresso terá sensibilidade por parte do presidente Rodrigo Pacheco de não fazer a devolução […] A gente tem tempo para dialogar sobre isso. A quarentena para entrar em vigor em abril nos dá um prazo razoável de diálogo. Envolver tanto as lideranças dos trabalhadores, empregadores e o Congresso Nacional”, disse. Fonte: Poder 360

Leia mais
Retorno ao índice

RELAÇÕES EXTERIORES

Primeira reunião preparatória do G20 começa na próxima semana

Poder Executivo **| 09/01/2024 – 09h02min**

O Brasil realizará no dia 18 de janeiro a primeira reunião preparatória do ano para a Cúpula do G20. O país ocupa atualmente a presidência do grupo formado pelas 20 maiores economias do mundo e esse primeiro encontro será do grupo de trabalho (GT) do empoderamento de mulheres. Participam do encontro emissários pessoais dos líderes do G20, que supervisionam as negociações e discutem os pontos que formam a agenda da cúpula. Inicialmente, as reuniões começariam no próximo dia 10, mas a data foi transferida para a semana seguinte. Os GTs são formados por representantes dos governos dos países-membros, bem como dos países e organizações internacionais convidados. As reuniões tiveram início em dezembro do ano passado e, nessa primeira fase, serão realizadas por meio de videoconferência nos meses de janeiro e fevereiro. Fonte: Canal Rural

Leia mais
Retorno ao índice

Com Lula focado em agendas internas, Alckmin deve representar o Brasil em posse presidencial na Guatemala

Poder Executivo **| 09/01/2024 – 07h52min**

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), deve viajar à Guatemala para a posse do presidente eleito Bernardo Arévalo, marcada para o próximo domingo (14). Em reunião recente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu que Alckmin cumprisse essa agenda internacional – a exemplo do que fez em novembro, na posse do presidente equatoriano Daniel Noboa. Bernardo Arévalo, do campo da centro-esquerda, venceu as eleições presidenciais da Guatemala no fim de agosto de 2023. O novo presidente é filho do ex-presidente Juan José Arévalo (1945-1951), o primeiro líder democrático do país após décadas de ditaduras.O pedido de Lula para que Alckmin viaje à Guatemala faz parte de uma mudança de estratégia do presidente, que quer voltar sua atenção para agendas internas em 2024 – e, para isso, reduzir consideravelmente o número de viagens internacionais. Fonte: G1 Notícias

Leia mais
Retorno ao índice